

PEDAGOGIA DO INSULTO: A EXCLUSÃO ATUANDO NO CURRÍCULO ESCOLAR
INSULT PEDAGOGY: THE EXCLUSION ACTING IN THE SCHOOL CURRICULUM

Douglas Paulino Barreiros¹

RESUMO

Considera-se Pedagogia do Insulto a mescla de práticas, classificações, relações de poder, atitudes excludentes, elaborações de conhecimentos e saberes presentes no cotidiano escolar que atuam por meio dos sujeitos e das diferenças que o currículo constrói, divulga e defende sob o comando de normas de gênero e da heteronormatividade. O presente artigo explora a relação entre currículo em ação e a defesa das fronteiras heteronormativas em favor de um modelo educacional que se orienta pela normatização e disciplinamento da heterossexualidade em detrimento das demais identidades sexuais. Propõe a discussão com vistas a possibilidade da implementação de uma pedagogia questionadora e inovadora a partir dos pressupostos elaborados pela teoria *queer* que culminam no que se denominou Pedagogia *Queer* como viés possível de educação de qualidade para todas as pessoas.

PALAVRAS-CHAVE: Pedagogia do insulto. Currículo em ação. Pedagogia *queer*. Identidades. Sexualidades.

ABSTRACT

Insult Pedagogy is a mixture of practices, classifications, power relations, exclusionary attitudes, elaborations of knowledge and present in the daily school life that act through the subjects and the differences that the curriculum constructs, divulges and defends under the command of Gender norms and heteronormativity. This article explores the relationship between curriculum in action and the defense of heteronormative frontiers in favor of an educational model that is guided by the normatization and discipline of heterosexuality to the detriment of other sexual identities. It proposes the discussion with a view to the possibility of implementing a questioning and innovative pedagogy based on the assumptions elaborated by queer theory that culminate in what was called Queer Pedagogy as a possible way of quality education for all people.

KEYWORDS: *Insult pedagogy. Curriculum in action. Queer pedagogy. Identities. Sexualities.*

¹ Mestre em Letras – Literatura e Crítica Literária pela PUC-SP



INTRODUÇÃO

A época moderna tem como uma de suas marcas a ampliação de direitos sociais, civis e políticos. No que se refere à educação merece destaque a Declaração Universal dos Direitos Humanos ao afirmar que “toda pessoa tem direito a educação”. Essa proposta tem ecoado positivamente em diversas partes do globo. No Brasil são constatadas profundas alterações no quadro de acesso, sobretudo na educação básica, para amplos setores discriminados, com destaque para a comunidade negra. No entanto, quando a questão se refere a sexualidades os desafios são muito superiores. Infelizmente, a escola não tem se mostrado preparada para lidar com questões de sexualidades e identidades de gênero dificultando assim o acesso e permanência de pessoas que de alguma forma se diferenciam do padrão heteronormativo socialmente defendido.

A questão dos direitos humanos de pessoas lésbicas, gays, bissexuais e transgêneras (LGBTs) nunca esteve tão presente na vida cotidiana como na atualidade. O tema é debatido na política, nos meios de comunicação social e nos discursos religiosos. Desta maneira, a questão ganhou visibilidade e tem polarizado a sociedade não apenas no Brasil, mas em todo o mundo, como, por exemplo, o que ocorreu nas últimas eleições presidenciais nos Estados Unidos.

Donald Trump se elegeu proferindo discursos conservadores e reacionários com evidente pretensão de dar marcha ré no curso da História. O *slogan* de campanha, “*make America great again*” (“tornar a América grande novamente”) encontrou ressonância profunda entre os nostálgicos defensores de

um suporte tempo melhor em que negros, latinos, mulheres e LGBTs “sabiam seu lugar”, nas palavras do então candidato. Trump é a representação máxima do macho-alfa chauvinista cujo discurso misógino, racista, homo-transfóbico foi divulgado como honesta crítica ao “politicamente correto”.

No polo oposto, vimos seu antecessor Barack Obama emitindo declarações favoráveis as pessoas LGBTs, alcançando assim, votos dessa parcela social. Essa ação foi muito importante para ele e seu partido, pois se tratava de acirrada disputa pela reeleição.

A aprovação, em 2013, da união civil entre pessoas do mesmo sexo na França se deu em meio a protestos de centenas de milhares contra o casamento, movidos pela Igreja Católica; no mesmo ano houve aprovação em Portugal do casamento igualitário e de direitos civis para transexuais, em meio a profunda crise econômica pela qual passava o país; a discussão, no ano subsequente, acerca do casamento gay no Reino Unido são alguns exemplos da visibilidade que o tema assumiu na contemporaneidade.

No Brasil essa temática abre grande e intensa polarização no interior da sociedade. O inegável aumento da visibilidade LGBT nos últimos anos trouxe consigo consideráveis contradições. A visibilidade, por exemplo, não foi seguida, na mesma proporção, da organização do setor na luta por direitos civis e igualitários. O movimento social LGBT no Brasil ficou paralisado, pois suas principais direções foram cooptadas pelos governos de frente popular, com isso a organização independente de governos e setores do poder



ficou prejudicada e não ocorreu. Essa fragilidade permitiu que setores reacionários se levantassem contra a conquista de direitos da população LGBT, o que é outra contradição, pois está em curso uma verdadeira escalada ascendente de violência homo-transfóbica no país.

Apesar dos altos índices de violência homo-transfóbica, inexistem leis no Brasil, em nível federal, que criminalizem atos violentos motivados por orientação sexual e identidade de gênero. O Projeto de Lei Complementar PLC 122/06, que tinha como objetivo a criminalização da homo-transfobia, tramitou no senado nos anos de 2006 a 2013 ganhando notoriedade, ocupando o centro não somente nas atividades e atos do movimento combativo, mas também em igrejas cristãs em todo o país, de modo que a gigantesca “Marcha pra Jesus” que acontece todo ano em São Paulo, se converteu numa verdadeira “Marcha pela Homo-Transfobia”, com pastores de diversas denominações literalmente pregando contra o PLC 122/06. A oposição a esse projeto de lei unificou católicos e protestantes no Congresso Nacional mobilizando milhares de pessoas em defesa da “família” e da “vida”, sem que houvesse uma ação positiva da então presidente Dilma Rousseff no sentido de defender a manutenção e aprovação do projeto de lei, ao contrário, durante seus dois mandatos manteve-se calada a respeito do tema. Quando se pronunciou, seu discurso foi marcadamente desfavorável a causa dos direitos humanos das pessoas LGBTs. Exemplo disso foi o que declarou em 2011 quando vetou o Kit Anti-Homofobia, um material pedagógico que ficou conhecido, de maneira depreciativa, como *Kit Gay*. Na época

disse que seu governo não faria propaganda homossexual. Estranhamente afirmou ainda não ter ao menos tomado conhecimento do conteúdo do material. Portanto, evidencia-se que vetar o Kit foi nada mais que opção política de ceder à pressão de setores conservadores da então base aliada. Ou seja, ao que parece, para os governos de frente popular, direitos civis de LGBTs nada mais são que moedas de troca.

A política aplicada pelo Governo Federal é seguida à risca pelos Governos Estaduais e Municipais, uma vez que também esses se omitem completamente ao debate e se recusam elaborar materiais com teor Anti Homo-Transfóbicos para serem trabalhados nas escolas públicas.

Como se nota, as LGBTs ainda precisam enfrentar enormes desafios, uma vez que inúmeros e variados são os tipos de preconceitos enfrentados por este setor. No que se refere especificamente a questão educacional, cada vez mais são relatados casos de *bullying* nas escolas de ensino fundamental e médio, bem como diversos casos de violência institucional, como por exemplo, a negação do direito ao uso do nome social para travestis, transexuais e transgêneros.

O ambiente escolar é espaço extremamente hostil a estudantes, professoras, professores, funcionárias e funcionários LGBTs. Raríssimos são os casos de Travestis e Transexuais que conseguem suportar o ambiente educacional e alcançar, assim, os direitos mínimos garantidos pela legislação atual que dizem respeito ao acesso e permanência na escola. Muitas LGBTs evadem antes mesmo de completarem o Ensino Fundamental.



A negação desse direito básico acarreta, inevitavelmente, uma série de empecilhos ao acesso a outros direitos fundamentais, como, por exemplo, a entrada no mercado de trabalho ou nos cursos superiores. Embora a escolarização não se configure atualmente como garantia para redução da exploração, também é verdade que toda pessoa que não tem acesso à escolarização mínima é, inegavelmente, vítima maior no que se refere a precarização no trabalho. Para estas só restam serviços informais, sem os mínimos direitos. Diversas pessoas transgêneras, em decorrência da não permanência na escola, acabam expostas ao grau máximo de exploração na qual se veem obrigadas a comercializar o próprio corpo para continuar existindo.

O espaço escolar vivencia cotidianamente várias formas de violência que variam entre agressões verbais, físicas, *ciberbullying*, que são reflexos da própria sociedade machista que ainda estabelece como norma o ideal burguês de cidadão, ou seja, o homem, branco, heterossexual, cristão e de classe média, conforme aponta Rogério Diniz Junqueira:

[...] historicamente a escola brasileira estruturou-se a partir de pressupostos tributários de um conjunto de valores, normas e crenças responsável por reduzir à figura do “outro” (considerado estranho, inferior, pecador, doente, pervertido, criminoso ou contagioso) quem não se sintoniza com os arsenais cujas referências eram (e são) centradas no adulto, masculino, branco, heterossexual, burguês e “saudável”[...] (JUNQUEIRA, 2013, p.482).

É a partir desse modelo padronizado e socialmente defendido que são norteadas as

práticas do currículo em ação no cotidiano escolar. A rotina educacional dentro do espaço escolar acaba por permitir, e também incentivar, que circulem discriminações baseadas em preconceitos que atuam no sentido de preservar as fronteiras da heteronormatividade.

Além disso, tornam-se cada vez mais raros espaços e momentos voltados para o diálogo acerca desse tipo específico de opressão denominado Homo-transfobia, que sucintamente se refere a diversos tipos de emoções negativas como aversão, desprezo, ódio, desconfiança, desconforto ou medo em relação a homossexuais masculinos e femininos, bem como a pessoas transgêneras. Ou seja, ao se diferenciar do modelo imposto, a pessoa passa a sofrer meios específicos de violência. São comuns nos espaços escolares xingamentos, apelidos, piadinhas e deboches. Palavras pejorativas são o lugar comum para meninos e meninas lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros. Acreditamos que este é, sem dúvida, um fator predominante a impedir o direito ao acesso e permanência desse setor social na escola.

A rígida defesa das fronteiras heteronormativas acabam por afetar não apenas quem se difere do padrão, mas atinge também aqueles e aquelas que de alguma forma a ele se enquadra. Ou seja, mesmo quem se identifica heterossexual é chamado permanentemente a provar sua masculinidade, isto é, ocorre uma espécie de incentivo a violência homo-transfóbica. Vale destacar que a angústia é permanente, pois o modelo heteronormativo de masculinidades é, na verdade, um ideal inatingível. Assim sendo, ela torna-se ainda mais grave, uma vez que perpassa a sexualidade de qualquer pessoa,



ou seja, das crianças, dos adolescentes, dos jovens, dos professores. Por conta disso

[...] o macho angustiado por não cumprir com os ditames inatingíveis da masculinidade hegemônica não tenderá a ter se status questionado se agredir alguém considerado menos homem. Pelo contrário, com tais manifestações de virilidade, além de postular-se digno representante da comunidade do “homem de verdade”, ele poderá até ser premiado (JUNQUEIRA, 2013, p. 484).

Uma série de questões contribuem para a manutenção e mesmo ampliação da discriminação dentro da escola. Merece destaque a atuação dos profissionais da educação, que carentes de formação específica para tratar o tema, acabam por trazer para o cotidiano escolar suas vivências pessoais mescladas, muitas vezes, por preconceitos rigidamente fortalecidos por fatores religiosos, familiares e sócios culturais. Os cursos de licenciatura não contemplam em suas grades curriculares o tema das sexualidades e identidades de gênero, o mesmo se dá com relação à formação permanente.

Passo significativamente importante seria dado se o tema fosse trabalhado nos cursos superiores como parte da formação docente para que a partir disso pudesse ser inserida a discussão dentro do espaço escolar. No entanto, notadamente se evidencia que os muros da escola não a protege da violência, do preconceito e da discriminação. Estranhamente, esses mesmos muros se fortalecem quando a questão é trazer para dentro das instituições escolares a discussão das sexualidades e o combate as formas de opressão e discriminação por elas originadas. Exemplo disso foi a retirada da

questão de gênero do (PNE) Plano Nacional de Educação aprovado em 2014 com vigência de dez anos, fortalecendo ainda mais as rígidas fronteiras da heteronormatividade defendida no interior dos estabelecimentos de ensino e aprendizagem. A supressão do trecho original do PNE que dizia ser diretriz do Plano “a superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual”, reduzido por “erradicação de todas as formas de discriminação” nada faz além de mascarar e invisibilizar ainda mais as formas específicas de preconceito com bases em orientação sexual e identidades de gênero.

Desta maneira, evidencia-se cada vez mais o fato de que a escola ainda não sabe atuar com eficácia nas ocasiões em que a homo-transfobia se manifesta em seu interior. Há tentativas esparsas de projetos voltados para a prevenção que acabam por não terem prosseguimento ficando a ação de defesa dessas pessoas reservadas apenas, e quando muito, a casos extremos. O que ocorre de fato é que o preconceito e a discriminação contra LGBTs é tomado como brincadeira, quando na realidade é gerador de grandes sofrimentos que culminam, sem dúvida, na evasão escolar dessas pessoas.

PEDAGOGIA DO INSULTO X PEDAGOGIA QUEER

Suscintamente entende-se Pedagogia como o conjunto de princípios, técnicas, métodos e estratégias de educação e de ensino, bem como as relações de administração nas instituições educacionais. Agrega-se a esses pressupostos, o fato de ser ela constituída por ideais de educação,



segundo uma determinada concepção de vida, processos e técnicas mais eficientes para alcança-los, visando aperfeiçoar e estimular a capacidade das pessoas, tudo isso regido por objetivos definidos. Se assim entendemos a pedagogia, podemos, então, considerar que as atuais práticas escolares do currículo em ação descritas acima formam em seu conjunto um tipo específico de prática pedagógica possível de ser denominada de Pedagogia do Insulto. Ou seja, tudo que possa “ferir” ou “macular” o padrão heteronormativo rigidamente defendido no interior da escola passa, imediatamente a ser motivo de insulto.

Aquelas e aqueles que se consideram “normais” e “saudáveis” por se reconhecerem heterossexuais, passam a agredir e ofender o diverso na intenção de defender e dar mostras de que são merecedoras e merecedores de suas identidades heterossexuais exorcizando, assim, de si mesmas a feminilidade e a homo-transsexualidade. É como se as práticas escolares forcassem todas as pessoas envolvidas no processo educacional a se distanciar do universo feminino e homo-transsexual.

Desta maneira, meninos cisgênero são, de certa maneira, obrigados a ter muita cautela na expressão de intimidade com outros garotos, bem como conter a camaradagem e as manifestações de afeto entre pessoas do mesmo sexo, e somente fazer uso de gestos, comportamentos e ideias autorizados pelo “macho-alfa”. Conforme aponta Junqueira:

À disposição deles (heterossexuais) estará um arsenal nada inofensivo de piadas e brincadeiras machistas, misóginas, homo-transfóbicas e, além

disso, um repertório de linhas de ação de simulação, recalque, silenciamento e negação dos desejos “impróprios” (JUNQUEIRA, 2013, p.485)

Muitos são os insultos e em sua ampla maioria tem por base a pressuposição de que há um único caminho natural de masculinidade e feminilidade possível. São, na verdade, ideais identitários a serem alcançados pelos indivíduos por meio de uma árdua e penosa vigilância.

Vale notar que o modelo heteronormativo defendido e exigido no espaço escolar é, obviamente, um padrão inatingível, justamente por isso gerador de angústias, insatisfações e, como não poderia deixar de ser, violências contra si e o outro. Em suma, a permanente vigilância das normas de gênero encontra-se no centro da pedagogia do insulto do qual se desenvolve e se expandem as mais variadas práticas curriculares, silenciamentos, invisibilizações, ocultações que agem como “forças heteroreguladoras de dominação simbólica, deslegitimação de corpos, saberes, práticas e identidades, subalternização, marginalização e exclusão” (JUNQUEIRA, 2013).

É bastante controverso, no entanto, percebemos que apesar de conviverem no interior da escola a mais ampla diversidade de conceitos, opiniões, posturas e realidades, muitas vezes contraditórios, a questão da defesa das fronteiras heteronormativas parece ser consensual. De certa maneira, a amplíssima maioria das pessoas envolvidas no processo de ensino aprendizagem atuam, de uma maneira ou outra, no sentido de defender a todo o custo as fronteiras da heteronormatividade.



Apesar dessa difícil realidade contemporânea, é perfeitamente possível vislumbrar e defender outros tipos de práticas escolares que visem verdadeiramente o pleno desenvolvimento humano em toda a sua diversidade. Neste sentido, merecem destaque, por exemplo, os estudos elaborados pelo Núcleo de Pesquisa em Diferenças, Gênero e Sexualidade. Grupo de estudos formado por pesquisadores de várias universidades brasileiras com base na UFSCar. Essa equipe propõe práticas pedagógicas norteadas pela perspectiva postulada na Teoria *Queer* que representa, a grosso modo, a radicalização do questionamento da estabilidade e da fixidez da identidade feita pela teoria feminista recente. É a partir dessa teoria que pesquisadoras como Deborah Britzman postula o que se intitulou Pedagogia *Queer*.

Sob este viés, o/a homo-transsexual é o/a queer, o/a estranho/a da sexualidade. Tal estranheza não é vista, como na Pedagogia do Insulto, como o errado, vulgar, pervertido e doente, mas contestadora da cultura dominante hegemônica. Por consequência, essa proposta de ação pedagógica pode dar suporte para se penetrar em territórios proibidos de conhecimento e identidades.

Assim, o *queer*, o estranho, converte-se numa verdadeira atitude epistemológica não restrita a identidades e ao conhecimento sexuais estendendo-se, portanto, para as identidades de modo amplo e geral. Em síntese, a proposta centra-se no “pensar *queer*”, que significa, basicamente, questionar, problematizar, contestar, toda e qualquer forma bem comportada de conhecimento e identidades. No ponto de vista de Tomaz Tadeu da Silva, “a epistemologia *queer* é,

portanto, perversa, subversiva, impertinente, irreverente, profana e desrespeitosa” Silva, 2013.

Assim como a Teoria *Queer*, a Pedagogia *Queer* não fica limitada a simples apresentação de sexualidades no currículo ou a reivindicação da inclusão de materiais de combate as atitudes homo-transfóbicas nos currículos. Antes, vai além disso e estimula que a temática centrada nas sexualidades seja seriamente tratada no currículo em ação como questão legítima de conhecimento e de identidades. Postula, portanto, que, enfim, as sexualidades presentes no cotidiano escolar, passem a fazer parte do currículo. Não apenas isso, mas propõe que essa presença seja bem diversa daquela que se apresenta nos currículos atuais que, de modo geral, quando incluem as sexualidades o fazem de maneira puramente informativa do certo e do errado, frequentemente ligada a aspectos biológicos e reprodutivos.

A Pedagogia *Queer* vai além da atitude de respeito e tolerância as identidades sexuais. Fora isso, não objetiva, tampouco, o estímulo ou abordagem terapêutica, na qual o foco esteja centrado no tratamento individual do preconceito e da discriminação. Assim sendo, a ênfase não está na informação, mas em metodologias analíticas e compreensivas do conhecimento geral e das identidades sexuais. De acordo com Tomaz Tadeu da Silva:

Um currículo inspirado na teoria e na epistemologia *queer*, essa ênfase sofre um importante deslocamento. A questão não é mais simplesmente “como pensar”, mas, “o que torna algo pensável”. Examinar o que torna algo pensável estimula, por sua vez, pensar o



impensável. Um currículo inspirado na teoria *queer* é um currículo que força os limites das *epistemes* dominantes (SILVA, 2013, p.109).

Tal proposta contempla a questão de maneira ampla, pois a compreende como inserida num contexto muito maior e como tal, requer uma postura diferenciada diante do mundo e do conhecimento.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Gustavo. Homofobia e privilégios: o enterro do PLC 122/06. In: www.jornalggn.com.br/fora-paulista/homofobia-e-enterro-do-plc-n-122-06.

BORRILLO, Daniel. As doutrinas heterossexistas e a ideologia homofóbica. In: *Homofobia: história e crítica de um preconceito*. Belo Horizonte. Autêntica, 2013. p. 63-86.

CARDINALI, Daniel. In: www.revistaforum.com.br/osentendidos/2016/11/11/o-que-a-vitoria-de-trump-representa-para-os-direitos-lgbts-nos-eua. "O que a vitória

de Donald Trump representa para os direitos LGBTs nos EUA.

FACCHINI, Regina. Paradoxos da identidade. In: FACCHINI, Regina. *Na Trilha do Arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo. Fundação Perseu Abramo, 2009. p. 17-27.

FACCO, Lúcia. A escola como questionadora de um currículo homofóbico. In: SILVA, Joseli Maria & SILVA, Augusto Cesar Pinheiro da. *Espaço, gênero e poder: conectando fronteiras*. Ponta Grossa. Todapalavra, 2011. p. 19-30.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Pedagogia do armário: a normatividade em ação. *Revista Retratos da Escola*. Brasília, DF, n 13. v7, p. 481-498, jul/dez. 2013.

OKITA, Hiro. *Homossexualidade da opressão à libertação*. São Paulo: Sundermann, 2015.

SALIH, Sara. *Judith Butler e a Teoria Queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Uma coisa estranha no currículo: a teoria queer. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de identidade: uma introdução as teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. p. 104-109.